



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

PROCESSO Nº 0000301-80.2025.2.00.0814

CLASSE: ATO NORMATIVO (11888)

REQUERENTE: BELÉM - PRESIDÊNCIA - TJPA

REQUERIDO: PARÁ - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA – TJPA

DECISÃO/OFÍCIO CIRCULAR Nº 062/2025-CGJ

EMENTA: Política Nacional do Poder Judiciário para o Clima e Meio Ambiente – Resolução CNJ nº 611/2024 – Divulgação às unidades judiciais – Recomendações preliminares – Atualização técnica e capacitação funcional para adoção de georreferenciamento e sensoriamento remoto como provas nos autos.

Trata-se de comunicação e implementação preliminar da Resolução CNJ nº 611/2024, que alterou a Resolução CNJ nº 433/2021 e instituiu a Política Nacional do Poder Judiciário para o Clima e Meio Ambiente.

O objetivo dessa política é aprimorar a gestão e tramitação de demandas ambientais no âmbito do Judiciário, promovendo a proteção de direitos intergeracionais ao meio ambiente equilibrado, em alinhamento com compromissos



nacionais e internacionais, como a Agenda 2030 da ONU e o Acordo de Paris.

Dentre as principais diretrizes da política, destacam-se:

Celeridade e especialização no julgamento de demandas ambientais, com suporte técnico fornecido pelos Núcleos de Apoio Técnico às Ações Ambientais (NAT-Ambiental), que atuarão na análise técnica de casos complexos;

Adoção de tecnologias avançadas, como georreferenciamento e sensoriamento remoto, que permitem a identificação precisa de áreas em litígio, o monitoramento de regiões críticas e a produção de provas técnicas. A implementação dessas ferramentas exige atualização do corpo funcional para que sejam admitidas como provas nos autos sem óbices técnicos e dentro de requisitos claramente definidos;

Capacitação contínua de magistrados e servidores na temática ambiental; Promoção de cooperação interinstitucional para o fortalecimento da proteção ambiental e climática.

Neste contexto, determino a divulgação da referida resolução às unidades judiciais de primeiro grau, com as seguintes recomendações:

Atenção ao acervo processual: Identificar ações judiciais ambientais relevantes, facilitando a priorização futura e a eventual atuação dos NAT- Ambiental, com vistas a garantir maior celeridade e efetividade.

Engajamento em capacitações futuras: Incentiva-se a participação de magistrados e servidores nas formações específicas que serão promovidas pela Escola Judicial ou outros órgãos competentes para apoiar a implementação da política.

Colaboração com iniciativas regionais: Recomenda-se que as unidades colaborem, dentro das possibilidades, com ações e orientações voltadas à



efetividade da tutela ambiental.

A divulgação da Resolução CNJ nº 611/2024 com as recomendações acima anotadas tem como objetivo alinhar as unidades judiciais às diretrizes estabelecidas pelo CNJ, garantindo que o Judiciário atue de forma técnica, estratégica e responsável na proteção do meio ambiente.

Encaminhem-se cópias desta decisão e da Resolução CNJ nº 611/2024 às unidades judiciais para ciência e adoção das providências cabíveis, dentro das competências locais. Após, resta esgotada a competência desta Corregedoria Local quanto ao assunto, pelo que determino o ARQUIVAMENTO do feito.

À Secretaria, para cumprimento. Serve a presente como ofício. Belém, data da assinatura eletrônica.

Desembargadora **ELVINA GEMAQUE TAVEIRA**
Corregedora-Geral da Justiça do Estado do Pará





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 611, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2024.

Altera a Resolução CNJ nº 433/2021, que institui a Política Nacional do Poder Judiciário para o Clima e Meio Ambiente.

O **PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o deliberado pelo Plenário do CNJ no Ato Normativo nº 0005803-51.2024.2.00.0000, na 8ª Sessão Virtual Extraordinária, encerrada em 19 de dezembro de 2024,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a ementa da Resolução CNJ nº 433/2021.

Art. 2º A ementa da Resolução CNJ nº 433/2021 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Institui a Política Nacional do Poder Judiciário para o Clima e Meio Ambiente.” (NR)

Art. 3º A Resolução CNJ nº 433/2021 passa a vigorar com as seguintes alterações:

CONSIDERANDO a Política Nacional sobre Mudança do Clima, instituída pela Lei nº 12.187/2009, que estabelece os princípios, os objetivos, as diretrizes e os instrumentos a serem adotados em relação às mudanças climáticas;

CONSIDERANDO as disposições da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, assinada em Nova Iorque, em 9 de maio de 1992, com texto promulgado pelo Decreto nº 2.652/1998, que reconhece que a mudança de clima da

Num. 5855017 - Pág. 1



TJPA MEM 202503037B





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Terra e seus efeitos negativos são uma preocupação comum da humanidade;

CONSIDERANDO o Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, celebrado em Paris, em 12 de dezembro de 2015, e firmado em Nova Iorque, em 22 de abril de 2016, promulgado pelo Decreto nº 9.073/2017, que reconhece a necessidade de uma resposta eficaz e progressiva à ameaça urgente da mudança do clima com base no melhor conhecimento científico disponível;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a efetividade das políticas climático-ambientais e contribuir para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, com especial atenção ao ODS 6 (Água Limpa e Saneamento), ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima), ODS 14 (Proteger a Vida Marinha), ODS 15 (Vida Terrestre) e ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes);

CONSIDERANDO a necessidade de interação do Poder Judiciário com outros órgãos, entidades e organizações, de caráter nacional ou internacional, para desenvolver boas práticas e aprimorar políticas e diretrizes voltadas à tutela do direito ambiental;

CONSIDERANDO que as ações judiciais relacionadas ao meio ambiente envolvem questões complexas que demandam auxílio técnico e exigem a adoção de medidas com fins de proporcionar a especialização dos(as) magistrados(as) para proferirem decisões mais precisas e efetivas;

CONSIDERANDO o Pacto pela Transformação Ecológica entre os Três Poderes do Estado Brasileiro, celebrado em 21 de agosto de 2024 (DOU de 22 de agosto de 2024),

.....

CAPÍTULO I DA POLÍTICA NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO PARA O CLIMA E MEIO AMBIENTE

Art. 1º A Política Nacional do Poder Judiciário para o Clima e o Meio Ambiente consiste em uma atuação estratégica dos órgãos do Sistema de Justiça para proteger os direitos intergeracionais

Num. 5855017 - Pág. 2



TJPAMEM202503037B





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

ao meio ambiente e desenvolver-se-á com base nas seguintes diretrizes:

.....
Art. 3º O CNJ fornecerá periodicamente, por meio do SireneJud, relatórios de inteligência climático-ambiental para auxiliar a identificação do tempo de tramitação das ações judiciais ambientais, das unidades judiciárias com maior número dessas ações e das regiões de atenção prioritária para a Política Nacional do Poder Judiciário para o Clima e o Meio Ambiente.
.....

Art. 6º Os tribunais brasileiros implementarão a Política Nacional do Poder Judiciário para o Clima e o Meio Ambiente, observando as seguintes medidas:

.....
IV – utilização de ferramentas eletrônicas de informação geográfica com vistas ao planejamento e à atuação estratégica para a execução da política judiciária para o clima e o meio ambiente, em âmbito local;
.....

Art. 9º Os tribunais, por meio do órgão responsável, conforme organização judiciária, deverão acompanhar o desenvolvimento e a execução da Política Nacional do Poder Judiciário para o Clima e o Meio Ambiente prevista nesta Resolução.
.....

CAPÍTULO IV-A DO OBSERVATÓRIO DO MEIO AMBIENTE E DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS DO PODER JUDICIÁRIO

Art. 16-A Fica instituído o Observatório do Meio Ambiente e das Mudanças Climáticas do Poder Judiciário, que tem como finalidade, entre outras:

I – realizar estudos, monitoramento, pesquisas, programas, projetos e ações para a construção de diagnósticos das boas práticas; formulação de políticas; e implementação de projetos e iniciativas para a tutela do meio ambiente natural da Amazônia Legal, dos biomas nela incluídos e dos demais biomas brasileiros pela atuação do Poder Judiciário e do Sistema de Justiça;

II – avaliar, realizar estudos e apresentar propostas de políticas judiciárias para enfrentamento dos danos climáticos e dos danos ambientais decorrentes, entre outros, do aquecimento global, de queimadas e de desmatamento.





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

III – elaborar estudos de aperfeiçoamento da legislação ambiental.

Parágrafo único. O funcionamento do Observatório será regulamentado por meio de portaria.

CAPÍTULO IV-B FÓRUM AMBIENTAL DO PODER JUDICIÁRIO

Art. 16-B Fica instituído o Fórum Ambiental do Poder Judiciário (Fonamb), com a finalidade de coordenar e promover medidas voltadas ao aprimoramento da jurisdição ambiental.

Parágrafo único. O Fonamb seguirá as diretrizes e as orientações do Comitê Interinstitucional de Gestão do Pacto pela Transformação Ecológica entre os Três Poderes do Estado Brasileiro.

Art. 16-C Compete ao Fonamb:

I – apoiar o Observatório do Meio Ambiente e das Mudanças Climáticas do Poder Judiciário no desenvolvimento de suas atividades;

II – acompanhar o cumprimento da Política Nacional do Poder Judiciário para o Clima e o Meio Ambiente;

III – monitorar as ações judiciais relativas à temática climático-ambiental, identificando os maiores degradadores, por meio do SireneJud ou de outros instrumentos, observada a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);

IV – acompanhar a aderência pelos(as) magistrados(as) à recomendação prevista no art. 11 desta Resolução, referente à admissão no acervo probatório dos processos ambientais das provas produzidas exclusivamente por sensoriamento remoto ou obtidas por satélite;

V – fomentar a inclusão de dados georreferenciados nos autos judiciais eletrônicos como forma de identificação da área em litígio nas ações climático-ambientais;

VI – avaliar periodicamente as diretrizes para a quantificação de danos ambientais nas ações judiciais correspondentes, garantindo a aplicação de critérios técnico-científicos atuais;

VII – promover atuação integrada e interinstitucional a fim de compartilhar informações de inteligência e de dados estratégicos entre as instituições públicas e privadas que atuam na tutela do meio ambiente e em temas relacionados às mudanças climáticas;

VIII – propor ao observatório estudos e diagnósticos referentes à temática climático-ambiental;





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

IX – apoiar as escolas de magistratura na capacitação contínua de magistrados(as), servidores(as), conciliadores(as) e mediadores(as) na resolução de conflitos climático-ambientais.

Art. 16-D O Fonamb contará com a participação de dez magistrados(as) federais e estaduais com conhecimento na temática ambiental indicados(as) pelo(a) Presidente(a) do Conselho Nacional de Justiça, priorizando magistrados(as) com competência ambiental e respeitada a paridade de gênero.

§ 1º O Fonamb poderá contar com o apoio de representantes de órgãos e entidades de proteção ao meio ambiente, especialistas, pesquisadores(as) ou, ainda, representantes da sociedade civil.

§ 2º A coordenação do Fonamb ficará a cargo do(a) Conselheiro(a) Presidente da Comissão Permanente de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2030, que escolherá um(a) de seus(as) integrantes para exercer a função de coordenador(a)-executivo(a).

CAPÍTULO IV-C DOS GRUPOS DO MEIO AMBIENTE

Art. 16-E Os tribunais com competência para julgar ações relacionadas ao meio ambiente natural deverão designar Grupo do Meio Ambiente, responsável por implementar as diretrizes do Fonamb em âmbito estadual ou regional.

§ 1º O grupo mencionado no *caput* deverá ser composto por, no mínimo, 3 (três) magistrados(as) com conhecimento na temática ambiental, priorizando magistrados (as) com competência ambiental e respeitada a paridade de gênero, ainda que alternadamente.

§ 2º O grupo poderá contar com o apoio de representantes de órgãos e entidades de proteção ao meio ambiente, especialistas, pesquisadores(as) ou, ainda, representantes da sociedade civil.

§ 3º Compete aos Grupos do Meio Ambiente:

I – monitorar o cumprimento da Política Nacional do Poder Judiciário para o Clima e o Meio Ambiente no tribunal por meio de acompanhamento contínuo;

II – dar cumprimento às diretrizes e orientações estabelecidas pelo Fonamb, bem como às determinações oriundas da Presidência e da Corregedoria do tribunal a que vinculado no tocante às ações climático-ambientais;

III – apoiar o Fonamb no desenvolvimento de suas atividades;





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

IV – identificar, por meio de critérios objetivos, em conjunto com o(a) magistrado(a) responsável pelo respectivo acervo processual e com a Corregedoria local, os processos que serão encaminhados aos Núcleos de Apoio Técnico às Ações Ambientais (NAT-Ambiental) a fim de garantir a celeridade na tramitação e a efetividade na jurisdição climático-ambiental;

V – auxiliar a atuação dos NAT-Ambiental, mediante o monitoramento do acervo processual e de sua adequada tramitação e dos processos que envolvam grandes degradadores;

VI – fomentar a atuação colaborativa relacionada à temática climático-ambiental entre os tribunais estaduais e federais da respectiva unidade federativa;

VII – facilitar o diálogo entre diferentes instituições, coordenando as iniciativas relacionadas às demandas judiciais climático-ambientais;

VIII – propor medidas e boas práticas voltadas ao aprimoramento da jurisdição ambiental;

IX – fomentar a cooperação entre órgãos ou instituições estaduais ou regionais para obter auxílio técnico que subsidie suas atividades;

X – propor estudos, pesquisas, campanhas, debates e outras ações que objetivem articular e mobilizar a sociedade e o poder público em matérias afetas à matéria climático-ambiental.

CAPÍTULO IV-D DOS NÚCLEOS DE APOIO TÉCNICO ÀS AÇÕES AMBIENTAIS

Art. 16-F Os tribunais de justiça e os tribunais regionais federais instituirão Núcleos de Apoio Técnico às Ações Ambientais, que serão responsáveis pelo apoio e suporte técnico ao processamento, julgamento e resolução consensual das demandas climático-ambientais e pelo cumprimento dos julgados respectivos.

Parágrafo único. Os NAT-Ambiental serão formados por magistrados(as) e servidores(as), sob a coordenação de um(a) magistrado(a). (NR)

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Ministro **Luís Roberto Barroso**

Num. 5855017 - Pág. 6



TJPA MEM 202503037B

